



Em um dos salões do hotel Glória, na zona sul do Rio, integrantes da Comissão de Estudos Constitucionais debatem sistemas de governo e a proposta de parlamentarismo misto

A Comissão, sob fogo cruzado

Tancredo Neves, conta o jornalista Mauro Santayana, pensou pela primeira vez na formação de uma comissão para elaborar um projeto de Constituição quando iniciava sua campanha para o governo de Minas, em 1962. Santayana, que deixava o jornalismo para assessorá-lo, ouviu Tancredo defender a importância de uma comissão com aquela tarefa e prever as dificuldades que ela teria de enfrentar. Ele já imaginava que, qualquer que fosse o projeto final, as críticas viriam violentas. E advertiu, mineiramente: "Esta comissão terá de preparar o lombo".

Tancredo estava certo. Antes mesmo de iniciar seus trabalhos, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais foi duramente criticada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela Igreja "progressista", pelo PT, pelo PDT e até mesmo por setores do PMDB, como o deputado paulista Flávio Bierrenbach. Houve críticas do PDS, também, como as que fizeram o senador Nelson Marchezan (RS) e o deputado federal Amaral Netto (RJ). Mas as lambadas mais quentes partiram das esquerdas que, em síntese, consideraram a Comissão "ilegítima", "elitista", "conservadora", "incapaz", "discriminatória" e "antipopular".

Depois de um ano de trabalho e com o projeto constitucional pronto e entregue nas mãos do presidente José Sarney, o resultado final ficou muito mais próximo do que a esquerda queria e por isso sua origem começa a ser perdoada. A Comissão sofre, agora, os ataques orquestrados dos conservadores que não se conformaram com o texto deste mosaico montado

com mais de 468 artigos. As críticas, neste momento, partem de membros da própria Comissão que não se identificam com um projeto em que enxergam ranços de esquerdismo, xenofobia e proximidade.

"Conservadores" e "progressistas"

Não é correto identificar política e ideologicamente os 49 membros da Comissão usando-se apenas categorias pouco reveladoras como estas de "conservadores" e "progressistas". Não se pode caracterizar na Comissão qualquer grupo homogêneo, com vínculos orgânicos, capaz de influenciá-la. Mesmo os membros filiados a um mesmo partido (Paulo Brossard, Cândido Mendes, Celso Furtado, Eduardo Portella, Mário Martins, Miguel Reale Jr., Raphael de Almeida Magalhães, por exemplo, são todos do PMDB) não tiveram uma atuação organizada, com objetivos táticos previamente definidos. Os alinhamentos se modificavam conforme os pontos em discussão.

Mas mesmo rejeitado pelas esquerdas que não estiveram representadas na Comissão — e vale lembrar que os juristas Eduardo Seabra Fagundes, procurador-geral do Estado do Rio, do PDT, e Fábio Konder Comparato, que fez o projeto de Constituinte assumido pelo PT, foram indicados para a Comissão mas renunciaram —, o texto final deve ser considerado uma vitória do grupo heterogêneo que juntou socialistas, social-democratas, católicos com fortes preocupações sociais e liberais.

São duas as evidências de que foram eles realmente os vitoriosos: em primeiro lugar, as fortes críticas que o texto vem recebendo dos membros ditos conserva-

dores (como Ney Prado, Miguel Reale, Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho); em segundo, o afastamento do professor Ney Prado de uma das secretarias da Comissão, no dia 4, no meio de uma grave crise provocada pela publicação do texto final — não revisado e não autorizado — na revista "Manchete" e pelas críticas que Ney Prado fez ao texto.

Modelo econômico

Em pelo menos um momento ficou nítida na Comissão a divisão entre "progressistas" e "conservadores". Foi quando se discutiu, no início de maio, o modelo econômico que se queria para o país. Deste comitê participaram, de um lado, os empresários Antônio Ermírio de Moraes, 58, diretor-superintendente do Grupo Votorantim, o maior grupo privado nacional, João Pedro Gouveia Vieira, presidente do Grupo Ipiranga, Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho, 47, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e Sérgio Franklin Quintella, 51, presidente da Montreal Engenharia. Do outro, o sindicalista José Francisco da Silva, 47, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e o assessor sindical Walter Barelli, 47, diretor do Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais (Dieese).

Neste grupo estavam ainda membros que, por suas posições, podem ser chamados de "conservadores" como o advogado Alberto Venâncio Filho, 52, relator do grupo, o tributarista Gilberto de Ulhoa Canto, 69, e o próprio Ney Prado, 56. Do lado dito "progressista" podiam ser listados ainda o cientista político Bolívar

Lamounier, 43, do PSB, o economista Hélio Santos, 41, do Movimento Negro de São Paulo, o advogado José Afonso da Silva, 61, e o jornalista Mauro Santayana, 52. O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, 47, chegou a brincar, em certa ocasião: "Nós estamos discutindo a natureza do Estado e outros assuntos, mas os problemas reais do país estão sendo resolvidos naquele grupo, entre patrões e empregados".

Voto vencido

O relatório final do grupo, defendido pelo advogado Alberto Venâncio Filho, previa um papel preponderante para a iniciativa privada na ordenação econômica do país. O texto foi completamente alterado em votações tensas no plenário e os chamados "conservadores" foram seguidamente derrotados. Voto vencido em pontos importantes como reforma agrária, monopólio da União, capital estrangeiro e dívida externa, Venâncio abandonou as discussões, pediu demissão e só retornou depois dos apelos de Afonso Arinos e outros membros. O texto final aprovado amplia o monopólio da Petróbrás, prevê a possibilidade de desapropriação de empresas rurais para fins de reforma agrária, condiciona o direito à propriedade rural à sua função social, restringe investimentos de capital estrangeiro e afirma outros pontos que provocaram a crítica, por parte dos "conservadores", de "xenófobo", "intervencionista" e "socializante". Com efeito, o texto aumenta a ação do Estado na economia.